



Feira dos Municípios Alagoanos - Congresso e Expo é confirmada para janeiro de 2022: **Pág. 4**



Água: a esperança líquida em tempos de aridez

A importância da Operação Pipa para os municípios alagoanos

SU MÁRIO

EXPEDIENTE

AMA em Notícias é uma publicação da Associação dos Municípios Alagoanos, produzida pela Assessoria de Comunicação.

AMA
Hugo Wanderley
Presidente

Zélia Cavalcanti
Editora-chefe

Débora Muniz
Bruno Presado
Vinícius Teodósio
Editores

Vinícius Teodósio
Bruno Presado
Diagramação

Eduardo Aigner/MDS
Foto de capa

Nide Lins e Thiago Sobral
Fotos - Página 18

amanoticias@ama.al.org.br
Sugestões e críticas

03



Palavra do Presidente
HUGO
WANDERLEY

AMA confirma Feira dos Municípios Alagoanos para 2022

04

Aprovação do 1% do FPM é histórica, diz Hugo Wanderley

07

Especial
ÁGUA: A ESPERANÇA LÍQUIDA EM TEMPOS DE ARIDEZ



10

Artigo
A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

13

14

Entrevista
ALEXANDRE
AYRES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE



PALAVRA DO PRESIDENTE

Depois de tantos meses de luta e dedicação, outubro chegou trazendo algumas alegrias. O adicional de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que será feito todo o mês de setembro, foi aprovado e promulgado, o que representa uma grande conquista para o municipalismo. O 1% é uma reivindicação justa e antiga que, enfim, é concluída. Uma ajuda que, mesmo escalonada, será importante para que os municípios possam implementar mais ações e melhorias para a população.

Outra grande notícia de outubro, foi o lançamento da Feira dos Municípios Alagoanos - Congresso e Expo, que é o maior evento municipalista do Nordeste, irá acontecer novamente em janeiro de 2022 e está sendo preparado pela AMA com muito carinho e dedicação.

Com a Feira os Municípios vamos apresentar o que há de melhor no nosso Estado entre artesanato, turismo, história, cultura e gastronomia. Tudo em um só lugar. O Centro de Convenções Ruth Cardoso será palco dessa grande festa durante os dias 20, 21, 22 e 23 de janeiro.

Em 2022 o evento retorna de forma mais arrojada e dentro de todos os protocolos de segurança do Ministério da Saúde. Através do Congresso levaremos palestras de renome nacional com o objetivo de fortalecer e desenvolver as gestões municipais.

Nesta edição da revista AMA Notícias, traremos uma entrevista especial com o secretário de Saúde Alexandre Ayres, um grande municipalista, que já fez parte da Associação e hoje vem executando um excelente trabalho auxiliando os municípios no andamento da vacinação entre outros temas.

Também falamos sobre outra pauta importante da luta municipalista alagoana que foi a manutenção da Operação Pipa nos municípios atingidos pela seca. O programa federal sofreu a ameaça de paralisação, mas através de muito esforço e diálogo conseguimos manter o programa que é tão importante para população, especialmente para a sertaneja.



Presidente da AMA

INSTITUCIONAL

AMA confirma Feira dos Municípios Alagoanos – Congresso e Expo para 2022



Depois de uma longa pausa por causa da Covid-19, a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) anuncia seu primeiro grande evento para janeiro de 2022. O anúncio foi feito pelo presidente da AMA, o prefeito Hugo Wanderley, durante o retorno da reunião presencial entre prefeitos e prefeitas.

O maior evento municipalista do Nordeste retorna com um ar mais arrojado, tecnológico, e seguindo todas as medidas de segurança estabelecidas pelo Governo do Estado, a “Feira dos Municípios Alagoanos – Congresso e Expo” irá acontecer de 20 a 23 de janeiro, no Centro de Convenções Ruth Cardoso, em Maceió.

NA ÚLTIMA EDIÇÃO

Em 2019, o evento foi referência com a exposição do que há de melhor na cultura, gastronomia e turismo dos municípios. Com o Congresso, o Cidades e Gestores também trouxe nomes de peso na programação de palestras para os técnicos municipais.

Agora, nessa nova edição, traz uma proposta mais moderna, criativa e tecnológica para explorar a arte, cultura da nossa terra, além de fortalecer a gestão nos municípios alagoanos. O evento é uma iniciativa da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA).

O principal objetivo do Congresso é o fortalecimento institucional das prefeituras, levando conhecimento aos servidores públicos, trazendo como benefício o desenvolvimento de suas atividades. Já com a Expo o foco é divulgar a cultura dos municípios alagoanos para a sociedade, além de fortalecer a economia da região.

Para o presidente da AMA, o evento é completo e abrange todas as áreas do municipalismo. “Cada município precisa estar bem instruído para que, no dia a dia, possa desenvolver seu trabalho de forma que tragam maiores benefícios à população”, afirmou.



MAIS EM AMA-AL.COM.BR



INSTITUCIONAL

AMA orienta gestores sobre mudanças no novo Fundeb

Anova lei do Fundeb vai provocar grandes mudanças na educação dos municípios, o que vai requerer ainda mais atenção de prefeitos e prefeitas. O novo Fundeb prevê o aumento da complementação da União que vai subir gradativamente dos atuais 10% para 23% em 2026. Já neste ano, o percentual alcançará os 12%. Em seguida, passará para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; encerrando 2026 com 23%.

Ainda haverá direcionamento de uma parcela dos recursos federais para a educação infantil e incentivo à educação técnica profissionalizante de nível médio. Agora, pelo menos 70% dos valores do Fundo devem ser investidos no pagamento de profissionais da Educação Básica. No antigo modelo, o percentual mínimo era de 60% e abarcava apenas os profissionais do magistério. Essa é uma das sutilezas.

IMPACTO DO PISO DO MAGISTÉRIO

Uma outra preocupação é o reajuste de 31,3% do piso nacional do magistério, a partir de janeiro de 2022. Esse ajuste representa um impacto su-

perior a R\$ 28 bilhões nas despesas de pessoal das administrações públicas municipais.

De acordo com o estudo técnico elaborado pela CNM, Alagoas sofrerá com um impacto na ordem de R\$ 425 milhões caso o novo piso do magistério seja aprovado.



LUTA MUNICIPALISTA

Câmara recomenda e presidente Hugo Wanderley apoia reabertura de agências do BB

Orelator da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, deputado Hildo Rocha recomendou, como resultado do trabalho de apuração sobre o fechamento de agências do Banco do Brasil, uma Indicação Parlamentar, a reabertura das agências em defesa dos interesses da população.

A indicação de número 1084/2021, já está tramitando nos termos do artigo 113, inciso I e §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O relator aponta como justificativa o fato da dependência econômica da população, principalmente de cidades pequenas do interior brasileiro.

O presidente da AMA, Hugo Wanderley, repudiou e denunciou o fechamento de agências e postos do Banco do Brasil nos municípios. Pelo

menos, 10 municípios alagoanos tiveram suas agências ou postos de atendimentos. Serão 160 unidades em todo país, sendo o Nordeste a região mais afetada.

Com apoio da CNM, da bancada federal e o envolvimento dos prefeitos, o presidente da Comissão entrou no movimento cobrando explicações do Banco e fazendo visitas e inspeções por todo o país para apurar o fechamento sistemático e sem planejamento prévio.

O deputado justificou o pedido afirmando que desde sua criação até hoje é uma instituição financeira importante por seu alcance social a mais de 66 milhões de pessoas. Grande parte das cidades brasileiras dependem da atuação do banco, por causa da folha de pagamento e pelo fato dos repasses do FPM.

MUNICÍPIOS

Paripueira passa a ter praia acessível para pessoas com deficiência

Com o objetivo de democratizar o acesso à praia para pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção, a Prefeitura Municipal de Paripueira vai lançar o projeto "Praia para Todos".

Realizado por meio da Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Secretaria de Turismo, acontecerá mensalmente.

O público-alvo contará com acompanhamento de profissionais de fisioterapia, educação física e familiares.

A Prefeitura Municipal adquiriu 4 cadeiras anfíbias, que é um modelo de cadeira de rodas desenvolvido como um adequado de permitir o acesso dos cadeirantes à praia.

Feitas com materiais resistentes a água, as cadeiras são leves e não afundam no mar, têm rodas especiais e permitem o deslocamento na areia e na água.

O banho de mar, algo rotineiro para as pessoas que não têm deficiência ou dificuldade de locomoção, é algo de grande valor para quem, por causa da falta de acessibilidade, não consegue fazer isso há



muitos anos.

Paripueira, como o próprio nome diz, é famosa por suas praias de águas mansas, além de ser uma das mais bonitas de Alagoas.

CADASTRAMENTO: Na Secretaria Municipal de Saúde, na Av. Antônio Reinaldo - Centro/Paripueira ou pelo telefone (82) 3293-2183

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Comunidade quilombola recebe escola e ginásio poliesportivo em Arapiraca

Os três mil moradores da comunidade quilombola de Pau D'Arco, em Arapiraca, foram contemplados com a entrega da Escola Maria Pastora e do Ginásio Poliesportivo José Nóia.

O prefeito Luciano Barbosa e a secretária de Educação, Ivana Carla, entregaram os dois equipamentos sociais em dia festivo na comunidade.

Na abertura da cerimônia, a aluna Evellyn Nascimento, com violão e voz, tocou o Hino de Arapiraca acompanhada por todas as pessoas presentes ao evento.

HOMENAGENS

O agricultor Erinaldo Almeida, em nome de toda família, agradeceu a Deus e ao prefeito Luciano Barbosa e equipe pela homenagem com o nome de

seu pai José Nóia, ao ginásio poliesportivo construído ao lado da escola.

A secretária de Educação, Ivana Carla, também fez questão de agradecer ao prefeito e toda equipe pelo apoio ao ensino e aprendizagem dos alunos.



CONQUISTA

Aprovação do 1% é histórica, diz Hugo Wanderley

Conquista permanente e de grande importância para as gestões municipais, o adicional de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em setembro foi aprovado e promulgada no Congresso Nacional. Desde o pleito da medida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em novembro de 2017, foram quatro anos de mobilizações e debates até a aprovação da proposta. O recurso será transferido, inicialmente, de maneira gradual, começando com 0,25% em 2022 até alcançar o total de 1% em 2025.

O presidente da AMA, prefeito Hugo Wanderley, acompanhou toda a votação, no plenário da câmara dos deputados, em Brasília.

“É uma reivindicação justa e antiga que, enfim, é concluída. Uma ajuda que, mesmo escalonada, será importante para que os municípios possam implementar mais ações e melhorias para a população”, afirmou Wanderley.

Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski destaca que a nova transferência segue na linha necessária de uma maior distribuição dos recursos do país entre os Entes federados. “É uma conquista fundamental para a autonomia dos Municípios, precisamos descentralizar os recursos para onde as políticas

públicas e os serviços acontecem.”

Relator da PEC 391/2017, o deputado Júlio César (PSD-PI) defendeu a medida em Plenário destacando a importância dos recursos via FPM para os Entes locais, especialmente os de pequeno porte. “Os Municípios são pressionados pela rigidez dos gastos públicos com pessoal e previdência, além de arcarem com pisos salariais e crescente políticas públicas que são insuficientemente cobertas pelas transferências constitucionais”, avaliou. Ele também pontuou a atuação da CNM na articulação da proposta por meio dos dois presidentes que lideraram a entidade no período de tramitação proposta, Paulo Ziulkoski e Gládemir Aroldi.

A conquista – que ocorre no Dia do Prefeito – foi articulada pela CNM com o presidente da Câmara, Arthur Lira, que assumiu o compromisso de pautar a matéria. A entidade tem mantido reuniões frequentes com a presidência da Casa para apresentar as principais demandas dos Municípios brasileiros.

HISTÓRICO

O pleito por 1% adicional do FPM em setembro surgiu na mobilização Não deixe os Municípios afundarem em 2017. Sob liderança do presidente Ziulkoski, cerca de mil gestores se reuniram à época da Câmara dos Deputados para tratar das dificuldades financeiras e debater propostas. Em dezembro, por demanda da entidade, a PEC foi apresentada pelo senador Raimundo Lira (PMDB/PB).


Desde então, o tema foi tratado com todas as esferas de

governo na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e em agendas e articulações no Congresso e no Executivo. Em 2017, o Senado aprovou a PEC em dois turnos. Assim, a proposta chegou à Câmara em 2017. No ano seguinte, tramitou em comissão especial da Casa.

Em maio de 2019, o governo federal assumiu compromisso público, durante edição da XXII Marcha, de apoiar a medida. Apesar disso, a PEC foi aprovada apenas em 1º turno em dezembro. Sem acordo com o Executivo, os deputados não votaram o tema em 2º turno. Com isso, a CNM precisou retomar o diálogo com a nova legislatura da Câmara.

ENTENDA O FPM

O repasse do total do FPM representa 24,5% do montante arrecadado de Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – desse total, 1% refere-se ao adicional de julho e outro 1% ao de dezembro. A transferência é determinada pelo artigo 159 da Constituição.

 **Confira a estimativa de valores para os Municípios por Estado:**



TURISMO

Praia do Patacho é a primeira praia de Alagoas certificada com selo internacional Bandeira Azul

O Júri Internacional do Programa Bandeira Azul divulgou que a **Praia do Patacho**, localizada na Rota Ecológica, no município de Porto de Pedras, é uma das 22 praias brasileiras premiadas na edição 2021-2022 com o selo ambiental e sustentável Bandeira Azul. A bandeira que marca a certificação chega em novembro em Alagoas.

"Isso é resultado da responsabilidade dos gestores municipais e estaduais com nosso bem natural; que é, também, gerador de emprego e renda para o povo alagoano. Gestores, empresários e os usuários da praia do Patacho estão de parabéns pela premiação", falou o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Marcius Beltrão.

A certificação ecológica internacional é concedida apenas para praias, marinas e embarcações turísticas que adotam rigorosos critérios de gestão ambiental, diante de condutas que envolvem segurança, qualidade dos serviços, manutenção da qualidade da água, práticas de educação ambiental e responsabilidade social.

A premiação, de adesão e concorrência voluntária, ocorre diante do cumprimento de critérios que exigem esforços de gestores municipais, empresários e engajamento da comunidade, a partir de ações que buscam atender normativas ambientais que ampliam o interesse de turistas qualificados para o destino.

Critérios de adesão no selo Bandeira Azul



Para se qualificar para a **Bandeira Azul**, uma série de critérios com foco em gestão ambiental, qualidade da água, educação ambiental, segurança e serviços, turismo sustentável e responsabilidade social devem ser mantidos e comprovados anualmente.



Uma praia pode ser eleita para ter o selo Bandeira Azul se for oficialmente uma área de banho com pelo menos um ponto de coleta para análise de qualidade de água. O nome e as fronteiras da praia devem ser reconhecidos oficialmente.

Dicas de prevenção

#NovembroAzul



Idade

Homens acima de 50 anos devem ir ao urologista anualmente



Histórico Familiar

Se alguém da família já teve câncer de próstata, a chance da doença é ainda maior



Obesidade

Sobrepeso ou obeso, além do abuso de álcool e tabaco, tem mais chance de ter a doença

EMENDAS PARLAMENTARES

CNM alerta que emendas especiais não podem ser usadas com despesa de pessoal e serviço da dívida

Com o alto número de Municípios beneficiados por emendas especiais – mais de seis mil nos exercícios de 2020 e 2021 – e a importância da prestação correta das contas evitando apontamentos dos órgãos responsáveis, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) reforça o alerta para os gestores: esse tipo de verba não pode ser aplicado em despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, com pensionistas e encargos referentes ao serviço da dívida.

A Emenda Constitucional (EC) 105/2019, que acrescentou o artigo 166-A, autoriza a transferência direta de recursos por meio de emendas indicadas individualmente por parlamentares a Municípios e Estados sem destinação específica. Essas transferências, que são chamadas de emendas especiais, não precisam ser vinculadas a instrumentos prévios, como convênios ou contratos de repasses, mas são especificadas para uso em investimento ou em custeio.

A mudança na forma de repasse de recursos das emendas individuais impositivas, implementada pela EC 105, visa dar celeridade aos investimentos destinados a Estados, Municípios e Distrito Federal, por meio da desburocratização dos processos

e da descentralização mais ágil dos recursos. Do orçamento que os parlamentares possuem para emendas, 50% é obrigatoriamente destinado para a área da saúde.

Da metade restante, a EC 105/2019 estabeleceu como regra que deputados e senadores devem indicar 70% para investimento e 30% para gastos com custeio.

A Confederação destaca, aos gestores municipais, que a finalidade do recurso – se investimento ou custeio – é notificada automaticamente para a gestão municipal. E que, em qualquer dos dois tipos especificados, de nenhuma maneira essa verba poderá ser usada para despesas de pessoal e de serviço da dívida.

Cada um dos beneficiários das emendas têm de prestar contas por meio do Relatório de Gestão. A responsabilidade da fiscalização sobre a execução das transferências especiais fica a cargo do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e dos órgãos de controle interno e Tribunais de Contas de cada Ente.



ESPECIAL

ÁGUA

A esperança líquida em **tempos de aridez**

A Operação Carro Pipa atende a 137 mil pessoas e distribui água em 600 localidades da zona rural de 42 municípios do Sertão e Semiárido. A Operação é comandada pelo Ministério da Defesa em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), mas a liberação de recursos fica a cargo do Ministério da Economia.

Em 2020, a média mensal de atendimento foi de cerca de 2 milhões de pessoas em 600 municípios. Uma média de 4,2 mil carros-pipa foram contratados por mês. No total, foram investidos R\$ 603 milhões para o serviço.

Apesar da importância inquestionável para a população, o Governo Federal tem ameaçado parar com a Operação Pipa. O Exército tem se esforçado para manter a operação nos municípios, mas tem esbarrado na indisponibilidade de recursos para manutenção do programa por parte do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Só este ano, a população alagoana já sofreu com o medo de ficar sem água para sua sobrevivência duas vezes: a primeira vez em março e outra no final de setembro.

Em Março, o Ministério da Economia não autorizou o repasse financeiro complementar para execução do Programa Emergencial de Distribuição de Água, assim, a Operação Carro Pipa ficou totalmente suspensa no país durante aquele mês por falta de liberação de verbas federais.

Neste mesmo mês, Alagoas voltava para a bandeira vermelha por causa do aumento de casos da Covid-19. Sendo a água um dos itens básicos de higiene e combate a proliferação do coronavírus, a AMA não mediu esforços para lutar pela população.

O presidente Hugo Wanderley solicitou apoio da bancada mostrou aos parlamentares, pelo drama que milhares de famílias em situação de vulnerabilidade estão passando com a falta de água potável, principalmente em um momento tão sério de pandemia.

“Municípios não têm condições de, sozinhos, bancar esse trabalho” **Hugo Wanderley**

"A operação Pipa, que é muito bem conduzida pelo Exército, em Alagoas, cumpre um papel social importante já que os municípios não têm condições de sozinhos, bancar esse trabalho, principalmente com a previsão de um ano difícil para o Sertão e Agreste que até agora não tiveram sequer uma trovoadas", pontuou Wanderley.

Após ampla mobilização da AMA, a coordenadora da bancada federal, deputada Tereza Nelma anunciou, em reunião virtual, com a presença dos deputados e senadores alagoanos, a aprovação do PLN 1/2021 no Congresso. Com isso, recursos para o retorno da operação Pipa estavam garantidos tão logo o presidente sancionasse e os ministérios do Desenvolvimento Regional e Defesa acelerassem os trâmites. Logo após, a questão foi resolvida com a publicação da Lei nº 14.127, de 22 março de 2021.



Apesar de todos os esforços em março, quando a pandemia ainda estava no auge da transmissão, o caso se repetiu no final de setembro e o presidente da AMA, Hugo Wanderley, não mediu esforços para mobilizar novamente a bancada federal e ir até Brasília junto da CNM solicitar o retorno imediato.

No final de setembro, a Defensoria Pública da União (DPU) em Alagoas recebeu o Ofício nº 560, enviado pelo 59º Batalhão de Infantaria Motorizada, no qual se afirmava que "para o mês de outubro só foi descentralizado aproximadamente quarenta por cento do previsto, e portanto, em face dessa limitação, a distribuição da água nos municípios de Alagoas atendidos pela Operação Carro-Pipa estará suspensa a partir do dia 20 de outubro, podendo ser ativada novamente a partir da descentralização dos recursos necessários para a complementação mensal".

No estado de Alagoas, a suspensão da OCP afetaria diretamente 38 municípios, prejudicando a subsistência de mais de 155 mil pessoas. Neste contexto, a AMA voltou a se mobilizar e o defensor público federal Diego Bruno Martins Alves decidiu

enviar uma recomendação aos Ministros da Economia e do Desenvolvimento Regional para que adotem em conjunto todas as medidas administrativas necessárias.

Segundo Alves, a suspensão dessa política pública levaria ao fim um serviço de caráter emergencial, causando dano irreparável a milhares de pessoas vulneráveis residentes nos municípios atingidos pela calamidade pública da seca.

Uma semana após o presidente da AMA, Hugo Wanderley, denunciar a suspensão da operação Pipa, executada pelo Exército, e se reunir, em Brasília com a CNM e bancada federal, o Exército comunicou às coordenadorias municipais de defesa civil a manutenção do cronograma de outubro para operação pipa no estado.

"A AMA vai continuar vigilante e trabalhando para que a operação não pare um dia sequer e prossiga enquanto não houver água potável para todos, principalmente as comunidades mais distantes", afirmou Wanderley, o prefeito acrescenta dizendo que "vamos lutar para que ninguém sofra sem água para beber".

Operação em dados



Atende **137 mil** pessoas



Distribui água em **600 locais** da Zona Rural



Alcança **42 municípios** de Alagoas

SE LIGA NO PRAZO!

EM ANÁLISE



Implantação do sistema MEG-Tr em municípios de 15 a 50 mil habitantes

ATÉ 30/12



Prazo para repactuação para retomada de obras educacionais inacabadas

ATÉ 10/12



Preenchimento do Censo Suas 2021
mds.gov.br

ATÉ 31/12



Utilização dos recursos da Lei Aldir Blanc

MAIS EM AMA-AL.COM.BR

RECURSOS FEDERAIS

MEC autoriza transferência de recursos para educação infantil

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) informa aos gestores municipais que a educação infantil terá acesso a mais recursos financeiros disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nesta quinta-feira, 21 de outubro, uma portaria da Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação (SEB/MEC), com essa determinação, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

A CNM explica que a Portaria 96/2019 autoriza repasses de recursos já previstos na Resolução 15/2013, que trata da transferência para manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos, construídos por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

A entidade ressalta ainda que para que os recursos sejam disponibilizados, os estabelecimentos devem estar em plena atividade e não podem

ter sido contemplados com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Nesse caso, é importante que os gestores acompanhem e estejam atentos a esses repasses, pois há uma demanda crescente por recursos federais para educação infantil, uma vez que essa etapa é de responsabilidade dos Municípios, além disso é a etapa mais cara da educação básica.





VINÍCIUS TEODÓSIO

Analista de Comunicação da AMA

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL

Comunicar, antes de tudo, é construir vínculos e abrir caminhos de diálogos com diferentes públicos. No âmbito da administração pública municipal, comunicar é prestar contas à população, é divulgar suas ações, garantindo um serviço de interesse público, democratizando os acessos e as oportunidades.

Em uma sociedade globalizada, informatizada e fortemente conectada, comunicar de forma séria, se torna um desafio. Enfrentar uma avalanche de informações, fake news, com poucos recursos, acaba se tornando mais um trabalho para o gestor e sua equipe.

Para enfrentar tais desafios, a busca pelo diferencial e pelo técnico se tornam boas saídas para o fortalecimento da comunicação no município. Conhecer a imprensa local, os munícipes, seus servidores e sua cidade é primordial para a realização de um diagnóstico e de um bom planejamento de ações.

Com uma equipe capacitada, técnica e assertiva, as gestões passam a contar com um forte ponto de apoio, que irá auxiliar para uma boa avaliação da administração e para que o trabalho seja reconhecido pelos bons resultados.

A assessoria de comunicação de uma prefeitura atua de diversos modos para garantir uma comunicação eficiente, seja ela interna ou externa, é o assessor de comunicação que busca realizar, ao lado do prefeito, estratégias para melhor informar sobre o trabalho da prefeitura e das secretarias.

A figura do assessor é de extrema importância para a gestão municipal, pois é necessário que ele mantenha uma grande rede de contatos para divulgar as boas ações, garantindo uma repercussão positiva do governo, que deve vir de maneira espontânea na mídia, sem compra de espaços publicitários e sim de maneira orgânica.

Em momentos de crise, o assessor de comunicação será responsável por gerenciar a turbulência, unificar discursos, a fim de evi-

tar distorções e orientar toda a equipe sobre como agir nessas situações adversas. A forma mais eficiente para evitar crises e diminuir esse ruído, é possuir um planejamento para esses momentos, listando possíveis problemas que possam gerar anormalidades na gestão.

Prefeituras de municípios grandes costumam possuir uma secretaria de comunicação, ligada diretamente ao prefeito e responsável pelas grandes ações da prefeitura, enquanto as assessorias de comunicação cuidam da divulgação das ações realizadas pelas secretarias municipais.

Para prefeituras de municípios menores, sugere-se que o setor de comunicação fique vinculado ao gabinete. O ideal é que a equipe seja composta de, pelo menos, um jornalista, um fotógrafo e um publicitário ou designer gráfico. Além disso, é importante que cada secretaria de governo determine uma pessoa que será o elo com a assessoria de comunicação, passando informações sobre as ações e os trabalhos que devem ser noticiados.

A Comunicação e a AMA

A Associação dos Municípios Alagoanos, por meio da sua Assessoria de Imprensa, aproxima as assessorias municipais com as mídias estaduais e nacionais, integrando e aproximando o trabalho realizado pelas equipes de comunicação das 102 cidades do Estado.

Por meio do site institucional, a Associação construiu um local que fortalece o trabalho das assessorias municipais, passa orientações técnicas e divulga as ações de interesse municipalista.

Hoje, a AMA se faz presente nas principais redes de sociais, como Instagram, Facebook, Twitter, Youtube, LinkedIn, Spotify, Deezer e SoundCloud, além de possuir uma revista impressa e digital, lançada mensalmente, buscando, cada vez mais, ampliar seu público, levando informações com credibilidade para todos os alagoanos.

GOAS
PARA FAZER MAIS

Secretaria da
Saúde

GOAS
PARA FAZER MAIS

Secretaria da
Saúde

GOAS
PARA FAZER MAIS

“Alagoas se tornou
uma **referência no
enfrentamento
à pandemia** com
excelentes números na
área assistencial

Alexandre Ayres - Secretário de
Estado da Saúde



A GESTÃO DA PANDEMIA

Alexandre Ayres fala sobre a importante parceria entre os municípios e o governo estadual para o fortalecimento das ações da saúde.

A frente da pasta desde fevereiro de 2019, Alexandre Ayres, que é advogado, já esteve na coordenação jurídica da Secretaria de Estado de Saúde (SESAU) entre os anos de 2004 e 2009 e após alguns anos atuando fora da estância da Saúde retornou à convite do governador Renan Filho.

Durante o primeiro mandato do atual governador, Ayres foi Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e ao lado dos prefeitos e prefeitas, responsável pelo fechamento de 100% dos lixões a céu aberto, colocando Alagoas como o primeiro estado do Nordeste a encerrar as atividades dos vazadouros públicos.

Como titular da SESAU, Alexandre trabalha para estreitar as relações entre Estado e Municípios, integrando os governos em prol dos serviços prestados à população. Durante a gestão da pandemia do Coronavírus em Alagoas, o secretário defendeu as medidas que buscavam a redução do contágio e a ampla vacinação, para que assim, a retomada da economia e dos demais setores fosse iniciada no momento certo.

Associação: Qual a importância dos municípios para o combate do novo coronavírus e para o andamento da vacinação? A AMA auxiliou nesse processo?

Alexandre Ayres: A parceria da Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas com os municípios alagoanos e com a intermediação da AMA foi indispensável para os bons resultados alcançados aqui no Estado. Alagoas se tornou uma referência no enfrentamento à pandemia com excelentes números na área assistencial quando os cidadãos alagoanos necessitaram de leitos clínicos e leitos de UTI. Alagoas apresenta ainda hoje excelentes números na execução da vacinação, num trabalho articulado de maneira tripartite entre o governo federal, o governo estadual e os municípios alagoanos.

O senhor já foi superintendente da AMA. Qual a diferença de enxergar o municipalismo em diferentes cadeiras?

A.Y.: Sim, já fui superintendente da AMA e, ao me tornar secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ainda em 2015, eu levei toda essa bagagem e essa experiência do olhar municipalista para a atuação estadual.

Os municípios são a base das políticas públicas, é lá onde as coisas acontecem e todo gestor estadual tem que ter esse olhar mais voltado à pauta municipalista.

- Alexandre Ayres, Secretário de Estado da Saúde

Quais os outros projetos da saúde que a AMA tem participação e influência direta?

A.Y.: A gente tem atuado em parceria com a AMA em vários projetos, inclusive um que eu queria destacar é o de fortalecimento da atenção básica através do programa Previne Brasil, sendo a atenção básica um pilar muito importante para que a gente possa realizar a prevenção e a promoção da saúde dos cidadãos nos municípios e, com isso, melhorar os indicadores e a assistência à saúde.



Parceria entre a SESAU e a AMA intensifica as ações do programa Previne Brasil

O Governo do Estado tem investido muito nos últimos anos em hospitais de grande porte por toda Alagoas, o que tem sido muito bom para os municípios. O Estado tem outros suportes para auxiliar a atenção básica?

A.Y.: Alagoas tem realizado muitos avanços na saúde pública com grandes investimentos, investimentos de mais de R\$250 milhões realizados nos últimos sete anos durante a gestão do governador Renan Filho. A gente já entregou cinco novos hospitais que estão em pleno funcionamento; entregamos diversas UPAS aqui na capital e no interior e a ideia é que, com esse fortalecimento da média e alta complexidade, a gente melhore o acesso da população aos serviços

hospitalares, mas sem esquecer a necessidade de investimento em atenção básica que é a base primordial da pirâmide da saúde pública.



Em 7 anos, mais de R\$250 milhões foram investidos na saúde de Alagoas



Como os últimos concursos da saúde podem auxiliar na saúde dos municípios?

P.Z.: Concursos públicos da Saúde ficaram suspensos durante muitos anos aqui, nós tivemos 18 anos de um hiato entre o penúltimo concurso e o último que foi esse realizado pela atual gestão. Então é um grande ganho para que a gente possa valorizar os servidores com melhores condições de trabalho, com melhores salários e, principalmente, reoxigenar a rede dando oportunidades aos novos valores que têm saído das faculdades e que trazem inovações e uma modernização para todas as gestões.



Ayres defendeu a ampla **vacinação** como saída para o **enfretamento** à pandemia

ATÉ OUTUBRO DE 2021
05 NOVOS
HOSPITAIS ENTREGUES
05 NOVAS
UPAS ENTREGUES
EM CONSTRUÇÃO
04 HOSPITAIS
03 UPAS 02 HEMOCENTROS
01 UTI COM SALA DE PRESSÃO NEGATIVA
EM TODA ALAGOAS



MINUTO DA GASTRONOMIA

Aprenda o preparo do prato queridinho de Alagoas: o camarão Bar das Ostras

Para o Camarão:

- 1 kg de camarão Vila Franca
- 1 tomate
- Meia cebola
- 1/3 de pimentão verde
- 1 colher de vinagre Pimentão ou Tomatão
- Meio limão
- 2 colheres de azeite de oliva
- 600g de manteiga artesanal
- 1/3 maço de coentro
- 2 colheres de extrato de tomate

Mande a sua sugestão de receita para o e-mail amanoticias@ama.al.org.br

Modo de preparo:

Limpe os camarões e coloque na água com um pouco de sal e deixe ferver por 5 minutos. Espere esfriar e reserve. Coloque no liquidificador o tomate, a cebola, o pimentão, o coentro, vinagre e o extrato de tomate. Em seguida, coloque o molho liquidificado numa panela, leve ao fogo, acrescente o azeite e limão, deixe cozinhar por 10 minutos, sem reduzir o volume. Mexendo sempre. Coloque a metade da manteiga, os camarões, continue mexendo em fogo baixo, acrescente o restante da manteiga e deixe ferver por 10 minutos. Está pronto!

ARTESANATO

Do barro, eu sou: Sil de Capela retrata o cotidiano do interior alagoano em esculturas

Barro. Substantivo masculino. Terra vermelha, amarela ou branca. Direto da natureza. De estradas vicinais, nas áreas rurais, à construção civil. Composto de alumina e sílica para fabricação de telhas e tijolos. Modular, rústico ou para vedação. Definição primitiva de uma palavrinha simples que, nas mãos de Sil, a pequena-grande artesã, de Capela, cativa os desavisados pela delicadeza a cada traço ou contorno. Sem definição, do barro à arte. Atividade milenar antes de Cristo, e prática representativa da cultura popular que inspira gerações.

Maria Luciene da Silva. Ou, simplesmente, Sil. Natural de Cajueiro, a artesã cresceu em meio às plantações de cana-de-açúcar, aos sete ou oito anos, para ajudar na criação dos 11 irmãos mais novos. Agricultora, doméstica e, por vezes, mãe.



Aponte a câmera do seu celular no qr-code ao lado ou use algum aplicativo de preferência e leia a matéria completa no site da AMA:



PREFEITOS ANIVERSARIANTES



06

Marcos Silva
Prefeito de Messias



19

Leandro Silva
Prefeito de Junqueiro



20

Conceição Albuquerque
Prefeita de Maravilha



24

Felipe Jatobá
Prefeito de Jequiá da Praia



26

Eronita Sposito
Prefeita de Porto Calvo



28

Teófilo Pereira
Prefeito de Craíbas

EMANCIPAÇÕES DO MÊS DE NOVEMBRO



09 JACARÉ DOS HOMENS



11 BOCA DA MATA



15 COQUEIRO SECO



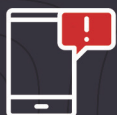
25 CAMPESTRE



40 anos

DE CONQUISTAS, **LUTAS** E NA DEFESA DO

MUNICIPALISMO



Acesse o portal
ama-al.com.br



Nas redes
[@amaalagoas](https://www.instagram.com/amaalagoas)